

## **A Ponta do Sol nos Trilhos da Memória Cultural Madeirense. Identidade Insular em Dois Romances em Perspetiva**

### Ponta do Sol on the Trails of Madeira's Cultural Memory. Insular Identity in Two Novels in Perspective

Susana Caldeira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

João Vieira Caetano e Guilherme Costa Ganança são autores madeirenses que escrevem sobre espaços temporais diferentes (século XVIII e século XX, respetivamente), mas sobre o mesmo espaço ficcional: a Ponta do Sol. Nos seus romances históricos, entre registos sociológicos, económicos, políticos e etnográficos, os autores retratam duas épocas distintas que espelham uma identidade coletiva e insular facilmente reconhecidas pelos leitores ilhéus. Os protagonistas dos dois romances movem-se no espaço e na conjectura própria de cada época (uns no domínio opressivo e abusivo dos morgadios, outros numa crise pós-II Guerra Mundial), sujeitos aos condicionalismos de conduta moral, ao preconceito social e às idiosincrasias insulares que os obrigam a olhar para lá do mar, para outras geografias onde poderá estar o exílio forçado ou voluntário.

**Palavras-chave:** Ponta do Sol; Literatura; História; Identidade; Emigração; Degredo.

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawai'i, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros: CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Coleção Teses, n.º 7, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. Está, atualmente, a desenvolver o Doutoramento na Universidade da Madeira, na área das Literaturas e Culturas Insulares. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira e membro do CEC (Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa). Contacto: [susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt](mailto:susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt).

**Abstract**

João Vieira Caetano and Guilherme Costa Ganança are Madeiran authors who write about different temporal spaces (18<sup>th</sup> century and 20<sup>th</sup> century, respectively), but about the same fictional space: Ponta do Sol. In their historical novels, among sociological, economic, political and ethnographic records, the authors portray two distinct periods that reveal a collective and Madeiran identity easily recognized by island readers. The protagonists of the two novels move in the space and in the conjecture of each era (some in the oppressive and abusive domain of “morgadios”, others in a post-World War II crisis), subject to the constraints of moral conduct, social prejudice and island idiosyncrasies which compel them to look beyond the sea, to other geographies where forced or voluntary exile may be a possibility to consider.

**Keywords:** Ponta do Sol; Literature; History; Identity; Emigration; Exile.

Recentemente, encetámos uma investigação que nos permitiu empreender uma viagem (ainda em longo curso) através de crónicas, contos e romances escritos por autores madeirenses. O nosso propósito centra-se em questionarmo-nos de que modo teriam estas narrativas retratado a experiência migratória madeirense, ocorrida ao longo de séculos para os quatro cantos do mundo, e compreender até que ponto é que tais relatos ou perspectivas poderiam colmatar lacunas ou acrescentar informação aos compêndios históricos, numa ligação plural e multifacetada entre História e ficção.

Na realidade, optámos por afastarmo-nos da análise dos relatos escritos por emigrantes ou das narrativas de viagem e procurámos as representações literárias que nos dessem uma visão ou um olhar de dentro, ajudando-nos a entender como é que o escritor madeirense apreendeu a consciência deste fenómeno migratório, persistente e marcante, que faz parte da sua própria identidade insular, da sua condição de ilhéu. Quisemos perceber do que falam e como falam estes autores quando se referem à emigração que grassou no Arquipélago da Madeira. Nesta trajetória, fomos ao encontro do conceito de “ilheidade”. É o conceito de *iléité* defendido pelos geógrafos e antropólogos franceses e sustentado por Isabelle Simões Marques quando diz que a ilheidade é uma expressão que reflete as características ou os significados próprios da Ilha que, por sua vez, projetada por uma cultura que lhe é intrínseca, constrói a sua própria imagem mental, a sua própria definição<sup>2</sup>. Assim, procurou-se, nos autores em estudo, essa ilheidade, essa forma própria de pensar, de viver, de sentir e de olhar da Ilha para a Ilha e para os madeirenses.

---

<sup>2</sup> MARQUES, 2015, « Insularité et intranquillité dans *Les Silences de Porto Santo* d’Alice Machado».

Não sendo possível, no curto espaço deste ensaio, dissertar sobre o imenso *corpus* literário de produções insulares que focalizam a problemática da emigração, convocámos dois romances de dois autores madeirenses: *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*<sup>3</sup>, escrito pelo Padre João Vieira Caetano (1883-1967), e *Isabel Minha Mãe*<sup>4</sup>, do autor Guilherme Costa Ganança (1945-). A escolha destes dois romances recai sobre o facto de se apresentarem como descritivos de duas eras (separadas por cerca de 200 anos) vividas na Ilha da Madeira e, sobretudo, por fazerem uma abordagem ao tema da emigração de formas tão díspares das habitualmente encontradas no extenso *corpus* literário insular que tem sido alvo da nossa investigação.

Apesar de separados nas épocas em que foram escritos e sobre as épocas que descrevem, estes romances têm em comum o facto de apresentarem as experiências migratórias como assuntos acessórios ao enredo e, em nenhum deles, como tópico central. Para além disso, estamos perante dois romances históricos cuja ação principal se desenrola na vila da Ponta do Sol, então eleita como centro geográfico e sentimental de toda a trama insular. Não obstante essa distância temporal que os separa, o leitor madeirense reconhecerá, nas duas narrativas, a preocupação dos autores em transmitir algum rigor de pesquisa quando falam de lugares, ruas, lombadas, monumentos, tradições, costumes e vivências que ajudam a edificar a ilheidade dos romances, emprestando-lhes um cunho insular muito próprio que se manifesta em toda a componente folclórica, etnográfica, social, política, económica e religiosa das épocas a que se referem as narrativas.

*Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)* (1957) narra os amores de Jacinto, um fidalgo «morgadinho» do Solar da vila da Ponta do Sol, por Antónia, uma lenheira pobre da freguesia dos Canhas. O abismo existente entre a sua condição social será o mote para um enredo onde se evidenciará o preconceito das classes fidalgas. O irmão de Jacinto é o temível capitão-mor da Ponta do Sol, o morgado Manuel Andrade Cavaleiro, principal opositor ao romance. Irado pelo fracasso das suas tentativas de pôr cobro aos amores de Jacinto e Antónia, o herdeiro dos vínculos engendrará o degredo do «filho segundo» para o Brasil. A Providência – e as preces de quem reza ao Altíssimo – intervém, propiciando um *plot twist*: a morte do antagonista deixa em aberto um final antecipado pelo narrador, por ser

---

<sup>3</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*: «foi publicado, pela primeira vez, em folhetim, no semanário pontassolense *Brado d'Oeste*, a partir do n.º 821, de 10/05/1917, pouco depois de o Padre Caetano assumir a direcção desse jornal», in PITA, 2007, *Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Estórias da Ponta do Sol*, p. 8.

<sup>4</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*.

comum à ficção romanesca: o triunfo dos amantes. Porém, acontece uma reviravolta inesperada quando, por força de se manter fiel à verdade dos factos, à verdade histórica, o autor (na primeira pessoa) confronta o leitor com o comportamento de Antónia que, agora fidalga e morgada, assume ela própria o papel de antagonista da ação e degreda o pretendente de uma das filhas para o Brasil, esquecendo-se que também ela veio da choça para o solar:

«O leitor gostaria mais de ver a camponesa da choupana dos Canhas lembrando-se da sua origem, não violentando a liberdade dos filhos, deixando-os unir-se em matrimónio às donzelas ou rapazes a quem se afeiçoava o seu coração.

Mas não querendo alterar a verdade histórica desta narrativa, o autor não pode descrever assim D. Antónia da Silva.»<sup>5</sup>

*Isabel, Minha Mãe* (2017) deixa antever uma narrativa onde a protagonista será Isabel. Na verdade, trata-se de um romance histórico e autobiográfico que narra a saga de uma família pobre da Lombada da Ponta do Sol. Filha de uma família abastada, Isabel apaixona-se por José da Silva, de condição inferior. A insubordinação de Isabel, que casa com José sem o consentimento do pai, faz com que seja rejeitada e desamparada pela família, tornando-se uma vítima de preconceito social e, conseqüentemente, vaticinada a uma vida difícil. A trama ganha fulgor quando José, atormentado pela ideia de fazer fortuna no Brasil, resolve emigrar. Gabriel, o segundo dos seis filhos do casal, assume, paulatinamente, o papel de protagonista num romance que caminha a passos largos para uma narrativa de autodeterminação e que atinge o clímax com a superação dos obstáculos por parte deste protagonista e, assim, de toda a família. Contrariamente aos romances regionais que, regra geral, se focalizam num estereótipo de emigrante que retorna à Ilha, o leitor será, também aqui, confrontado com a verdade histórica de um José da Silva, pai de família, que ficará para sempre no Brasil, na miséria.

*Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)* afirma-se, desde as primeiras páginas, como um romance histórico. O seu autor, o Padre João Vieira Caetano<sup>6</sup>, no prólogo da primeira edição, faz questão de afiançar ao leitor a veracidade dos factos que está prestes a narrar, comprovada pelos «velhos papeis do falecido João Agostinho Ferreira de Freitas, estudioso de antiguidades da nossa terra», e afirmando ter a certeza de que o facto romântico, alvo do enredo desta narrativa, é verdadeiramente histórico, conforme atesta com os «termos de registo

---

<sup>5</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 173.

<sup>6</sup> Natural de Santa Cruz, prestou serviço religioso na vila da Ponta do Sol durante 54 anos: «primeiro como coadjutor (1914-1930) e, logo de seguida, como pároco (1930-1967)», in PITA, 2007, *Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Estórias da Ponta do Sol*, p. 7.

paroquiais»<sup>7</sup> que incluiu no final do romance. Também ao longo do texto, o narrador imprime veracidade documental e histórica: quando compara aspetos físicos da vila da Ponta do Sol de então com os do tempo da narrativa – «O nobre edifício, de que nos ocuparemos nesta história, existe ainda hoje, na sua arquitetura moderna, com as sete janelas a olhar o mar, tendo os balaústres substituídos pelas persianas pintadas de verde» (p. 4); quando menciona a igreja matriz de Nossa Senhora da Luz, ou a capela de Santo António, no Lugar de Baixo: «muito mais pequena do que actualmente, porque não viera aumentar a enorme quebrada de 1804, 42 anos mais tarde» (p. 123); quando fala dos Andrade, personagens centrais da narrativa – «Os Andrade da Ponta do Sol, desempenharam sempre cargos de governança do Termo, como se pode ver, folheando poeirentos manuscritos das actas da respectiva Câmara» (p. 5) –, os mesmos Andrades a quem Manuel Tomás (1585-1665) faz referência no poema *Insulana* (1635) e de quem descendeu Jacinto José de Faria Bettencourt e Andrade, «que as pessoas mais idosas da freguesia ainda conheceram como administrador do concelho da Ponta do Sol» (p. 172); quando confessa não ter conseguido averiguar ou documentar determinado facto (p. 8); quando, em nota de autor, se desculpa por faltar à verdade histórica – «Não podendo saber o nome do navio que devia de conduzir Jacinto de Faria ao Brasil, adoptei este, vulgar em barcos nossos» (p. 145); ou quando se refere a personalidades conhecidas, como é o caso de Oliveira Martins (1845-1894), uma figura-chave da historiografia portuguesa contemporânea – «O brilhante historiador Oliveira Martins, falando do capitão-mor, disse que reunia na sua mão todos os poderes, tinha a autoridade de um Kadi» (p. 8) –, Pedro Teixeira Brazão, «doutor pela Universidade de Coimbra, nessa época vigário da Ponta do Sol», Hilário Manuel Canha, «proprietário residente na vila» (p. 64), Francisco Pestana Duarte, o alferes Manuel Teles de Menezes (p. 65), os clérigos Manuel Alexandre Souto e Lira e António João Souto Maior (p. 100), o governador e capitão-general José Correia de Sá Pereira – que «durante oito anos teve rédeas da governação madeirense. Assinalou a sua passagem nesta terra pela reedificação e aumento da fortaleza de São Tiago a leste do Funchal, mandando vir de Londres 50 peças de artilharia com que a municiou» (p. 126) –, e Salvador Luís Cabral, «proprietário de importância» na freguesia dos Canhas.

Em *Isabel, Minha Mãe* (2017) não encontramos referências de autor ou do narrador relativamente ao género literário<sup>8</sup> em causa, nem estas entidades dialogam

---

<sup>7</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, Prólogo da Primeira Edição.

<sup>8</sup> Apenas na primeira orelha da capa, quando é apresentado o autor: «Autor dos romances históricos: [...]».

com o leitor numa tentativa de persuadi-lo da autenticidade ou historicidade dos factos. No entanto, desde cedo, percebemos tratar-se de um romance com um fundo histórico, um romance memorialista ou, na definição de Philippe Lejeune<sup>9</sup>, um romance de cariz autobiográfico, onde o autor estabelece uma espécie de contrato com o leitor que permite, por exemplo através do nome da personagem, a identificação com o nome do autor impresso na capa do livro. Guilherme Costa Ganança<sup>10</sup>, o autor, reflete-se em Gabriel que, no decorrer da narrativa, “rouba” o protagonismo à mãe, Isabel, tornando-se a personagem principal. Desde a abertura do romance, com o nascimento de Gabriel (entretanto perceberemos que o nome completo da personagem é Guilherme Gabriel da Costa Ganança), a 24 de março de 1945 (data de nascimento do autor), e durante toda a narrativa, o leitor compreenderá que as personagens são reais e que o narrador não o omite: a mãe, Isabel da Costa, e o pai, José da Silva, que, quando desembarcou em Santos (Brasil), ficou instalado na Estalagem dos Emigrantes, «registado com o Número 196, no ano de 1951», e que «o registo de José da Silva Ganança ficara na folha 33 do Livro 164 [...] os Livros seriam guardados no Museu da Emigração do Estado de São Paulo» (p. 263); os irmãos – Belmira (1943-2013), Armando (1946), Heliodoro (1948), Roberto (1950-1996) e Horácio (1951); figuras conhecidas da Ponta do Sol, da Ribeira Brava e do Funchal (como ainda hoje muitos atestarão) – o Dr. Rego, advogado na Ribeira Brava (p. 30), João Cagarro, proprietário de uma mercearia na vila da Ponta do Sol (p. 31), Maria Isabel de Freitas (p. 36), uma desconhecida que serviu de madrinha ao pequeno Gabriel na Sé e que, apesar de nunca mais se ter cruzado com Gabriel (personagem-autor), consta no seu assento de batismo; o primo de José, António Mariano (p. 120), que torna possível a ida de José para o Brasil, emprestando-lhe o dinheiro para a passagem, e que surge como vaticínio de mais desgraça quando, como procurador das poucas terras do casal Silva, as vende para cobrar o empréstimo, deixando a família de José numa miséria ainda maior; o senhor Saruga (p. 149), amigo de infância de José e membro da Conferência de São Vicente de Paulo que, por caridade, ajuda a família; o professor Leovegildo (referindo-se a João Leovegildo Francisco) (p. 169), que leva o pequeno Gabriel, com 11 anos, para trabalhar no Funchal para, assim, poder ajudar na economia familiar; o Padre Marques Luís (p. 186) do Seminário

---

<sup>9</sup> Cf. LEJEUNE, 1975, *Le Pacte Autobiographique*.

<sup>10</sup> Nasceu no Funchal, a 24 de março de 1945. É licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Bacharel em Engenharia Civil, pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Foi docente do Ensino Secundário e Politécnico, vereador e diretor do Departamento de Desenvolvimento, Educação e Cultura do Município de Castelo Branco. Para além de *Isabel, Minha Mãe*, tem publicados outros três romances históricos.

Menor, na Calçada da Encarnação; o engenheiro João Carlos Sales Caldeira (p. 235), entre outros. Também contribuem para a veracidade histórica da narrativa os nomes dos barcos de cabotagem, que faziam a ligação entre a vila da Ponta do Sol e a cidade do Funchal, ou dos paquetes que aportavam na baía do Funchal – o *Vera Cruz*, o «navio do Cabo» (p. 13), o *Castel Verde* (p. 125), o *Carvalho Araújo* (p. 248) e o *Paquete Funchal* (p. 251); ou ainda factos reais como a visita de John Dos Passos, famoso escritor americano com ascendência madeirense, à vila da Ponta do Sol, em 1960 (p. 200); a construção da Levada Nova, concluída em 1962 (p. 219); e a conhecida tragédia da “Revolta da Água”, que tirou a vida a uma rapariga de 17 anos (p. 220). A utilização de imagens reais, ao longo do romance, é a derradeira prova documental de uma narrativa que se quer histórica e autobiográfica. O leitor depara-se: com fotografias de José da Silva Ganança (p. 119) e de Isabel da Costa (pp. 213 e 264); com uma imagem do livro da 4.<sup>a</sup> Classe de Gabriel onde se lê – «Para Guilherme Gabriel da Costa Ganança. Oferta da sua professora Teotónia Maria Barros. 1954» (p. 154); a imagem de uma carta do Ministro da Educação Nacional, Francisco Paula de Leite Pinto, a agradecer Guilherme Gabriel Costa Ganança pelos excelentes resultados obtidos na 4.<sup>a</sup> Classe (p. 167); outra imagem do boletim de classificações do Seminário Menor do Funchal, onde constam as avaliações escolares e o nome completo da personagem-autor (p. 215); e ainda a imagem do Cartão de Beneficiário da Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal, onde se pode ler o nome completo, a filiação e a data de nascimento do autor, também personagem do romance (p. 234).

Não pretendemos, com esta exposição de factos, alongarmo-nos sobre o carácter híbrido do romance histórico ou sobre o problema de definição deste género narrativo que põe em confronto a História/verdade e a Literatura/ficção e que tem, desde sempre, sido objeto de grande controvérsia entre historiadores e teóricos literários. Esta abordagem exploratória, sobre as técnicas utilizadas, nos romances em estudo, para validar a ficção no contexto histórico e nos preceitos morais que os autores pretendem veicular, permite-nos refletir acerca da representação do “real” na ficção. Aliás, é função do escritor do romance histórico oferecer ao leitor uma versão ficcionada da História, garantindo o equilíbrio entre os factos comprovadamente reais e a representação que deles se faz no mundo ficcional. A este propósito, Maria de Fátima Marinho explicita:

«O interesse pelo passado, sobretudo nacional, é um dado inquestionável de toda a estética romântica. É do conhecimento geral, que é no início do século XIX que os estudos históricos ganham um relevo diferente do das épocas passadas e que começa a haver uma séria preocupação em estabelecer a cientificidade de uma disciplina que, até então, tinha vivido muito da confusão entre a lenda e a realidade [...]. Não é menos verdade que uma certa efabulação com base histórica, isto é, a criação de universos,

simultaneamente fictícios e referenciais, foi também uma constante de um período específico do Romantismo europeu e português.»<sup>11</sup>

Mesmo sabendo que o romance histórico é pautado pela predominância da verosimilhança ficcional sobre a verdade (ainda que exista entre ambas uma possibilidade dialética infundável), não deixa de ser pertinente observar o modo como estes dois romances proporcionam uma perspetiva económica, política e sociocultural das épocas pretéritas que retratam.

Escrito em 1917, pela mão do Padre João Vieira Caetano, *Da Choça ao Solar* tem um fundo moralista e pedagógico tantas vezes realçado quando o vigário/autor, na autoridade da primeira pessoa, ou veiculando o seu pensamento através do narrador ou das falas das personagens, tenta passar uma mensagem àqueles que serão os seus destinatários mais imediatos: os seus paroquianos. Como observou Luísa Marinho Antunes:

«Quando o autor tece comentários de teor moral, sabe a quem os dirige; por isso, instala uma relação autor-leitor que se caracteriza e define pelo critério da confiança mútua da garantia da verdade. O cumprimento deste permite-lhe unir à prova (constituída pelo enredo da história, nas suas variadas facetas e consequências) o poder da explicação, argumentação e da conclusão, conhecendo a priori qual o efeito no recetor.»<sup>12</sup>

Tal pendão pedagógico está presente nos assuntos religiosos, bem como nos de conduta moral, com ênfase para a temática do preconceito e das assimetrias e abusos sociais predominantes na sociedade insular madeirense. Ao longo da narrativa, evidencia-se a dicotomia entre o senhor morgado e os servos ao seu serviço: «um séquito de criados, alguns naturais da Ilha, e outros de cor importados das paragens africanas, como se costumava nessas eras»<sup>13</sup>; entre o morgado, os fidalgos da vila e os vilões, rudes campónios; entre a opulência e ostentação do solar e a pobreza e humildade dos casarios circundantes e das choças da freguesia dos Canhas. Sem subtileza, tanto o autor como o narrador revelam-se críticos do sistema de instituição dos vínculos senhoriais e, em contrapartida, fazem o elogio do camponês, da pobreza digna, dos valores do trabalho e do amor à família e a Deus.

O tempo da ação de *Da Choça ao Solar* centra-se nos anos de 1761-1762, era em que imperavam os morgadios: instituições vinculares que se traduziam em domínios senhoriais «inalienáveis, indivisíveis e insuscetíveis de partilha por morte do seu

---

<sup>11</sup> MARINHO, 1992, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», p. 97.

<sup>12</sup> ANTUNES, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», p. 394.

<sup>13</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 5.



titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito [...] [permitindo, tais bens, a] perpetuação do poder económico da família de que faziam parte, ao longo das sucessivas gerações.»<sup>14</sup> A ampliação destes poderes dava-se, regra geral, através de casamentos com dote e por conveniência que passariam a unir duas famílias de “boa” linhagem e de condição semelhante. Estas uniões permitiam alargar os domínios senhoriais e firmar uma posição no espaço insular. Nesta sociedade de aparências não havia espaço para o sentimento amoroso. O casamento era uma espécie de aliança política, um contrato social que tinha por objetivo principal proteger o património e a casta, a estirpe familiar<sup>15</sup>. No romance em questão, a descrição feita do capitão-mor da Ponta do Sol, herdeiro dos vínculos e noivo de uma donzela de fidalga linhagem de nome Ana Guiomar, retrata o que teriam sido as vivências dos morgados da Ínsula de então:

«Senhor de muitos domínios, tendo debaixo das suas ordens muitos servos e colonos, descendente de uma família ilustre e nobre, morgado com abundância de ouro, capitão de ordenanças envergando a espaventosa farda militar, exercia um ascendente sobre os habitantes da paróquia.

O solar dominava os outros edifícios da Vila da Ponta do Sol.

O seu proprietário também dominava os espíritos dos habitantes da importante povoação. Habitado a ser prontamente obedecido, respirando a atmosfera de autoritário despotismo inerente ao seu tempo, o capitão Manuel de Andrade Cavaleiro era um pequeno régulo, dentro do terreno onde vivia, como o eram quase todos quantos se encontravam nas suas circunstâncias por essa época.»<sup>16</sup>

Já Jacinto de Faria, o protagonista, é o retrato-tipo do filho segundo que não tem direito à herança dos vínculos e deve total obediência ao irmão mais velho, ficando absolutamente dependente da boa vontade do herdeiro e administrador dos bens para subsistir. Por oposição ao irmão que é apelidado de irascível, déspota e orgulhoso, Jacinto é adjetivado como uma alma bondosa, com porte nobre e elegante, amante de música e caçadas e com total desapego dos bens materiais. Se o morgado era por todos temido, Jacinto era por todos querido: «Do morgado e capitão todos eram vassallos tementes e respeitosos. De Jacinto todos eram amigos cordiais.»<sup>17</sup> Contudo, o espírito nobre do herói não seria o suficiente para que a sociedade em geral aceitasse a subversão de uma ordem estabelecida pelas convenções sociais

---

<sup>14</sup> NEPOMUCENO, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, p. 145. Ver também: SANTOS, 2020, «Vínculos (Morgadios e Capelas)».

<sup>15</sup> Cf. SEABRA, 1983, «A Mulher e o Dote na Segunda Metade do Século XVIII»; LIPOVETSKY, 2000, *A Terceira Mulher*.

<sup>16</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, pp. 6 e 7.

<sup>17</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 12.

quando Jacinto se perde de amores pela formosa, honesta e virtuosa canheira: «esse facto ia fazer ruído, ferir o orgulho do capitão, provocar as iras do irmão morgado, ser pasto de conversações diversas tanto na vila como pelos campos fora.»<sup>18</sup> Mas o morgado, os fidalgos da vila e o povo não condenavam apenas Jacinto. Também a jovem Antónia ficaria com a sua reputação comprometida e cairia em desgraça se, após a declaração de intenção de casamento, fosse abandonada. Lembre-se que, nesta sociedade setecentista, um namoro rompido estigmatizava a virtude e maculava a honra da rapariga, votando-a ao celibato e à condenação pública.

Não obstante as críticas do narrador contra a maledicência e a difamação, presentes em todas as classes sociais, e contra as convenções sociais envoltas em preconceito e falsidade, a realidade é que a verosimilhança da narrativa de ficção não pode iludir as constatações históricas que Vieira Caetano quer evidenciar quando expõe a tradição de despotismo das casas senhoriais insulares, que obedecem a preconceitos de distinções de classes e fidalguias, de brasões e heráldicas. E por muito que o protagonista Jacinto insistisse que a única fidalguia residia na honra e na virtude, Manuel Andrade Cavaleiro, o antagonista do romance, ressalva essas tradições que não permitem que um nobre case com uma viloa, esquecendo quanto deve à sua posição social e assim enlameando os pergaminhos da sua ilustre família:

«Um descendente da nobre casa dos Farias e Andrades, receber como esposa a filha dum vilão dos Canhas! Não digas a pessoa alguma que te passou pelo cérebro essa extravagante ideia para não te exposes à irrisão pública. No dia em que se realizasse esse matrimónio sinistro, serias escorraçado, como um cão tihoso, da casa de teus pais e o herdeiro dos vínculos não teria uma migalha para o irmão degenerado que desonrasse as suas cinzas!»<sup>19</sup>

Apenas a morte do primogénito vai permitir o desfecho esperado pelo leitor num romance que se quer histórico e com fundo sentimental, onde o amor do par romântico supera o preconceito. No entanto, o autor, em nome próprio, insiste na historicidade e declara ao leitor, em discurso direto, não querer alterar a verdade histórica desta narrativa, nem tão pouco poder ignorar a realidade dos factos. Como observou Luísa Marinho Antunes, apesar da morte do morgado ter permitido a mudança que conduziria ao clímax da narrativa, acaba por criar-se uma situação nova gerada pela alteração de comportamento da antiga viloa Antónia que, agora fidalga D. Antónia, demonstra que «o casamento não foi agente de mudança,

---

<sup>18</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 55.

<sup>19</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 91.

mas um triunfo do Nada. Isto é, não existe em Vieira Caetano uma visão utópica da realidade, capaz de ser transformada pelo amor, mas o efeito contrário.»<sup>20</sup>

O romance *Isabel, Minha Mãe* é uma narrativa histórica que pode ser também considerada uma saga familiar<sup>21</sup>. Ambientada num passado mais recente, abrange um período mais longo que se inicia em 1945, com o nascimento do protagonista, e termina em finais dos anos 60, à beira da Guerra do Ultramar. Os eventos são relatados numa ordem temporal cronológica, uma vez que a diegese central representa uma espécie de biografia da personagem-autor. A temporalidade tem, por isso, um papel fundamental no romance: determina as experiências de vida das personagens que, inseridas num contexto histórico e social específico de uma época, desenharão, ao longo da narrativa, um percurso de desenvolvimento que convergirá para a apoteose: a superação das dificuldades. É o caso da família Silva que, abandonada à sua sorte por insubordinação de Isabel, que desobedeceu ao pai casando por amor com José, fica à mercê do seu fado, da caridade e do trabalho árduo para sobreviver numa Ilha que vivia em plena crise económica e onde prevalecia a lei do mais forte e do mais rico, no que ao sistema de propriedade e cultivo da terra dizia respeito. Tratando-se de um passado mais recente, importa convencer o leitor que os factos narrados são verosímeis, que são, tanto quanto possível, uma representação aproximada do real. Para tal, Ganança investe no rigor da pesquisa e fornece ao leitor/recetor dados e factos históricos que, dada a proximidade espacial e temporal do leitor com a obra, convergem para captar a sua atenção porque tais elementos são reconhecidos pelo leitor. Daí poder dizer-se que o autor mantém com o leitor ilhéu madeirense uma relação privilegiada de proximidade e de cumplicidade, na medida em que estão ambos a partilhar uma visão de dentro, uma cor e ambientação local, uma ilheidade por ambos absolutamente reconhecida. A este propósito, temos exemplos que se destacam como a história da vila da Ponta do Sol, da família Esmeraldo e do solar dos Esmeraldos, a referência ao período áureo do açúcar, ao bordado, às festas religiosas e romarias, à mergulhança, aos nomes de ruas, sítios, lombadas (ainda reconhecidos pelos locais), e tantas outras temáticas que consolidam o modo de olhar da Ilha para a Ilha e para os ilhéus que a habitam.

---

<sup>20</sup> ANTUNES, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», p. 399.

<sup>21</sup> Fundamentado nos teóricos Ludwig Scheidl e Yannick Preumont, Thierry Proença dos Santos definiu a «saga familiar» como um género romanesco que integra o percurso das personagens no contexto familiar e social, caracterizando-se «pelo seu modo de escrita realista, pela importância que confere aos ritos familiares e a tudo o que faz com que o clã central apareça colocado sob o signo da ameaça e do declínio», in SANTOS, 2017, «Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX», p. 47.

O espaço da narrativa (ainda que com incursões à Ribeira Brava e ao Funchal) é a Lombada da Ponta do Sol, onde o autor explora os maiores conflitos internos das personagens do romance que, na verdade, refletem a luta quotidiana do ilhéu pela sobrevivência num espaço insular exíguo, onde prevalecem as assimetrias sociais e a escassez de recursos agravadas por um pós Guerra Mundial:

«– Sabes, José?... Os tempos andam difíceis para toda a gente. A Guerra acabou há pouco tempo, não há empregos e nada é fácil no começo de uma vida. – Conciliou Isabel, sem esquecer as mordomias que deixara, a troco da liberdade de pensar e agir, a troco da paixão pelo seu príncipe.

Pelas terras da Ilha da Madeira, e a Lombada dos Esmeraldos não era exceção, o povo vivia dificuldades.»<sup>22</sup>

Numa alternância entre o registo ficcional e o registo memorialista, Guilherme Costa Ganança revela grande preocupação em retratar, através da literatura, a realidade da forma mais fiel possível, seja pelo cuidado com os detalhes da ambientação espacial, seja pela forma como, através da exploração das experiências individuais das suas personagens, espelha a marca humana do drama ilhéu vivido no conflito interno da sociedade insular. No fundo, trata-se de pôr as suas próprias memórias de infância e juventude ao serviço da memória coletiva da Ilha que será perpetuada no tempo pela literatura, sua fiel depositária.

O romance, que pelo título se propõe a contar a história de Isabel, narra a história de uma família muito pobre, com seis filhos, cujo pai cisma com o Brasil e mantém os olhos no outro lado do mar e nos paquetes que aportam na baía para levar emigrantes para outros destinos do globo. De Isabel e José vamos conhecendo a história de vida através dos diálogos entre as duas personagens, quando recordam tempos idos, e através das analepses usadas pelo narrador como ferramentas de contextualização e como recurso utilizado para enriquecer a narrativa com um forte cunho etnográfico. É também através da vivência difícil deste casal, que vai para a cidade tentar melhorar as suas condições de vida, mas que se vê obrigado a regressar à Lombada dos Esmeraldos, na Ponta do Sol, e a subsistir com o pouco que a terra lhes dá, que vamos interiorizando o clima social e a crise económica em que estava mergulhada a Madeira de então, sobretudo nas zonas rurais. Se o prenúncio do médico obstetra no início da narrativa deixava já antever que o verdadeiro herói do romance seria Gabriel – «Serás homem para vencer as batalhas que a vida colocar no teu caminho!»<sup>23</sup> –, é com a partida de José para o Brasil, com a ausência permanente

---

<sup>22</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 54.

<sup>23</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 23.

do pai, que a transformação acontece e que a narrativa se desenvolve num romance que também é de aprendizagem e superação. Apesar desta proposta de um registo individualista com recorte autobiográfico, não deixa de ser curioso observar que o autor não descarta o espaço que deve dar à determinação, à identidade e à voz feminina do romance. Guilherme Ganança acaba por dar de Isabel uma imagem forte de mulher resignada mas decidida – ainda que forçada pelas circunstâncias – que se destaca, ao longo do texto, pelo seu carácter determinado. Numa sociedade patriarcal em que a figura da mulher era tantas vezes apagada, o autor empresta a sua voz a Isabel e convida o leitor a refletir sobre as inúmeras mulheres que ficavam sozinhas na Ilha com os filhos para cuidar, com as terras para cultivar, os animais para tratar, com os bens para gerir, numa inversão de papéis que obrigava a redefinir a identidade social e cultural da mulher na sociedade rural madeirense.

A certa altura do romance, Isabel passa a ocupar um papel secundário de coadjuvante da ação. Antes da partida de José, ela promete ao marido que todos os filhos irão à escola. Ambos acreditavam que a educação era um mecanismo gerador de futuro, seria a única arma para combater o preconceito, ascender socialmente e ter uma vida mais confortável. Vivendo em tamanha pobreza, que obrigava a família à mendicância, só a escola, o seminário ou um ofício que garantisse alguma economia familiar poderia salvá-los. O herói, Gabriel, projeção do autor no interior da obra, observará os desígnios, tantas vezes anunciados pelo narrador onisciente ao longo do texto, e, numa luta tenaz, cumpre um percurso exemplar perseguindo a afirmação pessoal e social que o conduz ao sucesso e, por conseguinte, à superação de todos os obstáculos. Ao fazê-lo, confere dignidade a toda uma comunidade humana esquecida na pobreza endémica de uma lombada pontassolense, numa Ilha com a qual o autor se identifica totalmente.

Com maior ou menor complexidade literária, tanto Guilherme Costa Ganança (*Isabel, Minha Mãe*) como o Padre João Vieira Caetano (*Da Choça ao Solar*) revelam uma acutilante preocupação com o pormenor histórico, envolvendo o leitor na trama, na vida quotidiana das personagens, nas suas desventuras e nos seus triunfos. Num e noutro autores, a pesquisa e os documentos históricos, bem como a memória individual, coletiva e cultural permitem mostrar um passado possível através da literatura de ficção. Este passado é construído a várias vozes (sociais, económicas e políticas) e em várias ambientações (o campo e a cidade) onde a cor local, insular e rural, é privilegiada, revelando-nos o retrato de duas épocas, separadas por cerca de dois séculos, na mesma freguesia: a Ponta do Sol. Para além das idiosincrasias próprias de cada romance, que fomos explorando ao longo deste ensaio, não podemos ficar indiferentes às inúmeras semelhanças de

captação da essência regionalista, que revelam um forte pendão etnográfico e sociológico que se espelha nas descrições da vida sociocultural (designadamente modos de vida e de trabalho, trajes, costumes, festas religiosas, arraiais e romarias, cultura e literatura populares), na gastronomia das gentes do campo (o milho cozido, as couves, as “semilhas” e o que o cultivo da terra podia providenciar), no uso do léxico regional que traduz maior realismo à narrativa de ficção (sobretudo quando emprestam a sua voz aos camponeses que conservam os arcaísmos lexicais próprios da Ínsula rural, dando cor e um significado mais profundo à experiência única de ser madeirense), na presença da cultura e literatura populares (expressa nas rimas, quadras e cantigas), no enquadramento geográfico associado à história dos lugares (como os sítios, as lombadas, os caminhos, com uma toponímia de valor histórico inquestionável) e até nos costumes e condutas morais (de recato, subserviência e obediência). Trata-se, portanto, de duas obras com absoluta consciência da identidade e património madeirenses.

A par dos enredos delineados em ambos os romances, o fenómeno da emigração também surge como temática acessória, mas, a nosso ver, incontornável, uma vez que era parte visceral da vivência da Ilha, sobretudo nas regiões rurais onde o excesso de população, aliado a uma história de escassez, de crises agrícolas e de pobreza de recursos, fazia com que as pessoas emigrassem massivamente em busca de melhores condições de vida. São muitas as produções literárias insulares que focam estas migrações. Muitos romances centram-se no emigrante que foge à penúria do seu destino ilhéu – mais por necessidade do que por aventura – e que regressa à Ilha ostentando a riqueza conseguida com o trabalho árduo<sup>24</sup>. Este herói literário volta apto a derrubar as barreiras edificadas pelo preconceito e a alcançar a desejada posição social que lhe era vedada antes da partida. É também este regressado que, comumente, ganha o direito de provar à sua amada – de condição superior – a sua dignidade humana. Ainda que não seja tão comum nas produções literárias madeirenses, outros há que regressam pobres, fracassados ou que gastam tudo o que ganharam além-mar, numa perspetiva realista que também retrata o espaço insular<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> É, por exemplo, o caso das personagens: Manulinho, in GOUVEIA, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*; de Aníbal, in JARDIM, 1946, *Saias de Balão*; e do casal Inês e Francisco, in GOUVEIA, 1979, *Torna-Viagem: o Romance do Emigrante*.

<sup>25</sup> Cf. a personagem Artur, in GOUVEIA, 1979, *Torna-Viagem: o Romance do Emigrante*.

Tomando por base os textos literários produzidos por escritores madeirenses que têm sido alvo do nosso interesse e levando em consideração os paradigmas neles estabelecidos, acreditamos que nas obras convocadas para este ensaio em particular, estamos perante uma abordagem diferente do fenómeno que foi a emigração para o Brasil, refletida no estereótipo do emigrante. Atrevemo-nos a considerar que as duas obras espelham uma espécie de exílio: um forçado (o de Jacinto) e outro voluntário (o de José). No romance *Da Choça ao Solar*, o altivo e irascível Manuel Andrade Cavaleiro, legítimo herdeiro dos vínculos de morgadio, empreende uma viagem da Ponta do Sol ao Funchal (por via marítima, já que não existiam vias de comunicação terrestre em condições) para orquestrar o degredo de Jacinto para o Brasil. Esgotadas todas as tentativas de dissuasão e falhada a tentativa de assassinato de Antónia, Manuel dirige-se ao palácio de São Lourenço, então residência do capitão general José Correia de Sá Pereira, governador do Arquipélago da Madeira, com o intuito de pedir uma autorização especial para que o brigue *S. Rafael*, com destino às terras de Pedro Álvares Cabral, tocasse a Ponta do Sol antes de seguir para o seu destino final. Ludibriado quanto às reais intenções do capitão-mor da Ponta do Sol de enviar o irmão mais novo para o degredo, o governador assina a autorização – essa ordem de ostracismo –, exaltando a longínqua e próspera colónia do Reino de Portugal.

Vieira Caetano, em mais uma digressão de cariz histórico e pedagógico, dá voz ao narrador para elucidar sobre a crise sacarina da época que votava o agricultor comum à miséria e sobre o mito da riqueza fácil no Brasil, para muitos a “Terra Prometida” que lhes garantia uma vida mais digna e mais confortável, mesmo que para isso tivessem de abandonar a Ilha:

«Por esta época, já muitos madeirenses haviam abandonado a terra natal procurando fortuna nas plagas venturosas de onde saiu muito ouro para o reino de Portugal. No século anterior, o Estado dera passagem gratuita a 300 ou 400 casais madeirenses que emigraram além do Atlântico, indo arrotear os terrenos feracíssimos da América. Vinte e tantos anos antes, viera uma carta régia ao Governador da Ilha ordenando-lhe que favorecessem a ida dos seus habitantes para o Brasil. Estava-se numa das crises da cana de açúcar na Madeira.»<sup>26</sup>

Recorde-se que a partir do Tratado de Madrid, de 1750, Portugal ocupou a província brasileira de Santa Catarina. Na tentativa de colonizar certas zonas brasileiras mais despovoadas, e ainda devido ao aumento vertiginoso da população

---

<sup>26</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 146.

das Ilhas dos Açores e da Madeira<sup>27</sup>, o Reino organizou uma emigração metódica de ilhéus para aquelas paragens. Como atesta Maria de Lourdes Ferraz:

«A ida de contingentes de emigrantes açorianos e madeirenses para terras do Brasil passou a ter, pela primeira vez, o inteiro e incondicional apoio do Rei a partir de 1746, data em que são enviadas cartas com instruções régias ao Corregedor das ilhas dos Açores e ao Governador e Capitão General da ilha da Madeira, em que Sua Majestade ordenava que se fizessem embarcar, a expensas da sua real fazenda, os *casas* e mais pessoas que voluntariamente desejassem ir povoar as regiões brasileiras, ou mais precisamente, os futuros estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul [...] em que o Rei promete uma série de privilégios e regalias, entre as quais, a isenção do serviço militar.»<sup>28</sup>

Atente-se que, apesar deste aparte histórico de uma emigração necessária mas voluntária que vem acrescentar maior realismo à narrativa, o que o Padre Vieira Caetano pretende não será mais que evidenciar o despotismo dos senhores morgados que não se coíbiam de assassinar ou forçar ao exílio quem não lhes obedecesse, usando o degredo para punir comportamentos morais ou sociais considerados indevidos. Como se sabe, o degredo era, sobretudo, uma espécie de figura jurídica usada numa política de sanções graves ou penas judiciais. Esta política era frequentemente aplicada na era da Expansão portuguesa, sendo a forma mais comum da coroa proceder à ocupação de novos espaços <sup>29</sup>. Rui Carita, ao falar do dever de gratidão e de obediência absoluta devido aos pais, refere que já «as *Ordenações filipinas*, deserdavam as filhas menores de 25 anos que casassem contra a vontade dos pais, assim como puniam com degredo quem casasse com mulher de *menor condição*, sem autorização paterna.»<sup>30</sup> O degredo, aplicado por um morgado, poderia significar um abuso de poder ou uma legitimidade de quem é senhor dos vínculos e, por conseguinte, senhor dos seus parentes, descendentes, criados e escravos. Tal vem reforçado na reação de Jacinto ao ter conhecimento do seu destino:

«– Mas eu não sou um escravo deste solar! O governo de Sua Majestade, o Senhor D. José, Rei de Portugal, tem decretado a abolição da escravatura, mas o nobre Morgado

---

<sup>27</sup> Baseando-se numa carta da Câmara do Funchal, enviada ao Rei D. João V, em que se dizia poder enviar mil «*casas*» da Ilha da Madeira «pela muita gente que tem desocupados e sem meios de que viva», o autor Walter Piazza é perentório em afirmar que havia «superpopulação e miséria na Ilha da Madeira», in PIAZZA, 1989, «Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII», p. 1270.

<sup>28</sup> FERRAZ, 1988, «Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII», p. 93.

<sup>29</sup> Cf. COATES, 1988, *Degredados e Órfãos: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1755*.

<sup>30</sup> CARITA, 2018, *História da Madeira, Séc. XVIII. A Nova Arquitetura de Poderes*, p. 236.



descendente dos Andrades valorosos, o Capitão fidalgo do exército português, trata o seu próprio irmão pior do que o mais vil dos negros de que é senhor!»<sup>31</sup>

Apesar da sua tentativa de resistência, após saber das novas do seu exílio forçado e de ser ameaçado de morte pelo próprio irmão caso não obedecesse, a Jacinto só resta cumprir o seu desígnio – que, entretanto, a Providência trataria de alterar.

O tempo da ação do romance *Isabel, Minha Mãe* centra-se já na segunda metade do século XX. Ultrapassada a vaga de emigração massiva de que foi palco o século anterior, o fenómeno migratório é aqui retratado de forma muito realista, permitindo uma relação de cumplicidade e reconhecimento entre o texto e o leitor. Como é sabido, ao longo do século XX, os madeirenses continuaram a emigrar para o Brasil, um dos seus destinos preferenciais. Na segunda metade do século, e em consequência da II Guerra Mundial, a Ilha da Madeira encontrava-se novamente numa crise profunda, sobretudo nas zonas rurais. Era importante fugir às dificuldades da guerra, à fome e à miséria e tornou-se também importante, para o Governo Civil e consulados, recrutar emigrantes e escoá-los para os destinos que demandavam mão-de-obra.

Desde as primeiras páginas do romance, conhecemos um José da Silva, rapaz novo, sonhador e apaixonado, que vem morar para o Funchal com a jovem esposa, uma filha e um bebé quase a nascer. As difíceis lides do campo, na Lombada dos Esmeraldos, não lhe estavam no sangue e ele sonhava em dar uma vida mais confortável a Isabel. Toda a narrativa é polvilhada de prenúncios que nos fazem adivinhar que José, um dia, emigrará. Aliás, logo na primeira página é esboçado um retrato cuidado dos destinos da emigração de então e da azáfama de navios e emigrantes na cidade do Funchal:

«À luz daquela manhã, um enorme transatlântico, de casco arroxeadado, despontava no horizonte. Como um fantasma a rasgar a neblina avançava, lentamente, para a Baía do Funchal. Era o navio do Cabo, vindo da África do Sul. À vista dos curiosos que o espreitavam da Avenida do Mar, parecia agigantar-se. Dois rebocadores aprontavam-se para a manobra de atracagem no molhe da Pontinha.

O paquete Vera Cruz embarcava os últimos emigrantes e estava prestes a zarpar. Às dez, soltaram-se as amarras e ressoaram os apitos retumbantes da partida. Sobre a muralha, como no corrimão apinhado do convés, estremeceram os corpos, nublarão-se as mentes. Depressa a imensidão do Oceano havia de separar uns dos outros.

E, enquanto o paquete Vera Cruz rumava em direção ao Brasil e Argentina, mirravam os corações, os rostos encrespavam de mágoa. A saudade já sufocava toda a gente.

---

<sup>31</sup> CAETANO, 1957, *Da Choça ao Solar (Narrativa Madeirense do Século XVIII)*, p. 135.

Familiares e amigos tinham ocorrido à cidade, para lhes dizerem adeus. Viam-nos partir com tristeza na alma e desejavam-lhes boa sorte. *Hão de voltar ricos!*... – Repetiam, para animarem os que deixavam a terra e a família.

O navio Santa Maria, que aos olhos de muitos madeirenses era idêntico ao Vera Cruz, tinha largado na semana anterior, com destino à Venezuela e Curaçau. Era a diáspora do povo da Madeira.»<sup>32</sup>

José vivia enfeitiçado pelo Brasil e iludido pelas histórias de sucesso dos que retornavam “endinheirados”. Será, por isso, comum encontrarmos a personagem a cismar com a partida, enquanto observa o vai e vem dos navios, travando uma luta interior entre o partir e o ficar: «No Brasil fico longe da mulher e dos filhos. Aqui, não passo desta vida de miséria»<sup>33</sup> – o que espelha o sentimento geral do homem do campo, desfavorecido, que sabe que quem fica na Ilha permanece abraçado ao seu fado, à sua condição:

«Quem não tivesse dinheiro para pagar a passagem e alguém que arranjasse uma carta de chamada, estaria condenado a labutar pelos campos, com uns poios para amanhar, um porco para o Natal e uma vaca leiteira no palheiro. Uma vida de subsistência.»<sup>34</sup>

Mas muitos não ficavam na Ilha. Respondiam ao apelo, cediam ao fascínio. Partiam. E a emigração para a América latina, para a África do Sul e mesmo para a Europa Central (de acordo com o romance) era em tal número que faltavam braços para trabalhar as terras ilhoas. Ao fazer o retrato da miséria camponesa e da impossibilidade de resistir ao desejo de emigrar, Ganança mostrou-se sensível na crítica à classe política que não impedia a desertificação humana das zonas rurais da Madeira. Para além da crítica velada à desagregação das famílias, provocada pela emigração, outras críticas subtis surgem no romance, como é o caso do preconceito social: os homens do campo, a quem as filhas deviam obediência, preferiam que estas casassem com alguém que lhes pudesse dar uma vida confortável – «O meu pai gostava que eu viesse a namorar um embarcado na Venezuela. – Adiantou Sãozinha.»<sup>35</sup> O autor volta a fazer um retrato identitário dos filhos da terra, que não tinham conseguido emigrar. Eram rapazes fadados, prisioneiros do próprio destino. E esta identidade coletiva não conseguia competir com o mito que se instalara sobre a aquisição de fortuna fácil no Brasil ou na Venezuela.

---

<sup>32</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, pp. 13-14.

<sup>33</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 95.

<sup>34</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 190.

<sup>35</sup> GANANÇA, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, p. 168.

Determinado a propiciar uma vida melhor à sua família, José desafia o destino. É quando ele decide partir para o Brasil que se dá o ponto de viragem na narrativa. Na penúria e na ausência do homem, da figura patriarcal que deveria providenciar o sustento para aquela família numerosa, é Isabel (grávida do sexto filho) que tem de assumir o comando. No Brasil, a vida não corria de feição. À Madeira não chegavam notícias, nem remessas de dinheiro que pudessem aliviar a vida dos que haviam ficado. Com o tempo perceberam que a família nunca seria chamada para juntar-se a José e, pior ainda, que José jamais voltaria. Não tendo sucesso no Brasil, vivendo no limiar da sobrevivência, não tendo dinheiro para regressar nem força para enfrentar a vergonha social ou a família que sabia ter desiludido, preferiu o exílio voluntário e perpétuo. O exílio voluntário também foi a opção de dois irmãos de Gabriel que, ao contrário deste que já tinha atingido o posto de Alferes no exército, não queriam combater na guerra colonial e emigraram para França por mais de 25 anos. Usando a memória como fonte de factos pretéritos individuais e coletivos, Ganança retrata, assim, um período próprio da essência da Ilha da Madeira que contextualiza uma problemática política, económica e social e se cristaliza nas malhas literárias, reinventando uma história com a qual o leitor madeirense se identifica.

Movendo-se num diálogo constante entre os factos históricos, a memória e a verosimilhança da ficção literária, as duas obras aqui apresentadas permitem resgatar ou reconstruir um passado ilustrativo de duas épocas historicamente importantes. Exploram-se espaços mais apagados ou silenciados desse tempo pretérito e são esses espaços, precisamente, que permitem a revitalização de uma memória insular coletiva que tem a sua génese na ilheidade, na identidade ilhoa madeirense.

## **Bibliografia**

### *Corpus*

CAETANO, Padre João Vieira, 1957, *Da Choça ao Solar, Narrativa Madeirense do Século XVIII*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

GANANÇA, Guilherme Costa, 2017, *Isabel, Minha Mãe*, Lisboa, Chiado Editora.

## Bibliografia Citada

- ANTUNES, Luísa Marinho, 2015, «Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da choça ao solar*, do padre João Vieira Caetano», in FRANCO, José Eduardo, COSTA, João Paulo Oliveira (dir.), *História, Cultura e Espiritualidades*, vol.II, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 389-401.
- CARITA, Rui, 2018, *História da Madeira, Séc. XVIII. A Nova Arquitetura de Poderes*, Funchal, Imprensa Académica.
- COATES, Timothy J., 1988, *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, 1988, «Emigração Madeirense para o Brasil no século XVIII. Seus Condicionismos», in *Isleña*, n.º 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 88-101.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1979, *Torna-Viagem: o Romance do Emigrante*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.
- JARDIM, Ricardo, 1946, *Saias de Balão*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- LEJEUNE, Philippe, 1975, *Le Pacte Autobiographique*, Éditions du Seuil, coll. «Poétique», Paris.
- LIPOVETSKY, Gilles, 2000, *A Terceira Mulher*, Colecção Epistemologia e Sociedade do Instituto Piaget, Lisboa.
- MARINHO, Maria de Fátima, 1992, «O Romance Histórico de Alexandre Herculano», in *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. IX, Porto, pp. 97-117.
- NEPOMUCENO, Rui, 2003, *Uma Perspectiva da História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- PIAZZA, Walter F., 1990, «Madeirenses no Povoamento de Santa Catarina (Brasil) Século XVIII», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 2, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 1268-1282.
- PITA, Gabriel de Jesus (org.), 2007, *Padre João Vieira Caetano, Notas Históricas e Outras Histórias da Ponta do Sol*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro, 1983, «A Mulher e o Dote na Segunda Metade do Século XVIII», in *Antropologia Portuguesa*, vol. 1, Coimbra, pp. 43-80.

#### Webgrafia Citada

MARQUES, Isabelle Simões, 2015, «Insularité et intranquillité dans *Les Silences de Porto Santo* d’Alice Machado», in *Carnets: revue électronique d’études françaises*, II<sup>e</sup> série, n.º 3, pp. 125-136, disponível em <http://journals.openedition.org/carnets/1471>, consultado a 19 de janeiro de 2021.

SANTOS, Filipe dos, 2020, «Vínculos (Morgadios e Capelas)», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/article/vinculos-morgadios-e-capelas>, consultado a 22 de janeiro de 2021.

SANTOS, Thierry Proença dos, 2017, «Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX», in *Navegações*, vol. 10, n.º 1, pp. 46-52, disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/1983-4276.2017.1.25745>, consultado a 19 de janeiro de 2021.